



Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa apresenta nota «Missão da Igreja num país em crise»

Missão da Igreja num país em crise

Nota do Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa

1. O momento socioeconómico que Portugal atravessa está a ser difícil para muitos portugueses. A Igreja é sensível ao sofrimento de todos, particularmente dos mais pobres e dos desempregados, independentemente da fé que professam. A Igreja faz parte da sociedade e, com a visão do homem e da vida que lhe é própria, é chamada a contribuir para o bem das pessoas e da comunidade nacional como um todo. A principal resposta da Igreja para o momento atual tem sido dada pelas suas instituições de solidariedade social, como prática ativa da caridade. **A Igreja e a comunidade política**

2. Quando celebramos 50 anos do início do Concílio Vaticano II, é oportuno recordar o seu ensinamento, tantas vezes confirmado pelo Magistério posterior, sobretudo dos Papas. A Igreja é um Povo, uma comunidade estruturada e organizada, que assume como dever a procura do bem-comum de toda a sociedade. Esse é também o fim da comunidade política. “No campo que lhe é próprio, a comunidade política e a Igreja são independentes e autónomas uma da outra. Mas ambas, embora a títulos diferentes, estão ao serviço da vocação pessoal e social dos mesmos homens” (*Gaudium et Spes*, nº 76). Segundo a doutrina do Magistério, a Igreja como comunidade intervém na sociedade a três níveis: os cristãos leigos, guiados pela sua consciência cristã, têm toda a liberdade de participação e intervenção política; as associações da Igreja, com particular relação à hierarquia, devem intervir tendo em conta o diálogo com os seus pastores; os sacerdotes e bispos têm como ministério anunciar o Evangelho e a doutrina da Igreja para todos, de modo que ela possa ser acolhida, nomeadamente no que diz respeito à sua doutrina social. **A Igreja e o atual momento da sociedade portuguesa**

3. A doutrina social da Igreja, que temos sempre o dever de anunciar, ilumina a realidade, interpela a consciência dos intervenientes na coisa pública e sugere atitudes que expressem valores. - **Prioridade na busca do bem-comum**. Esta primazia da busca do bem-comum de toda a sociedade atinge todas as pessoas e todos os corpos sociais. É o caminho para construir uma unidade de objetivos, no respeito das diferenças: governo e oposição, partidos políticos, associações de trabalhadores e de empresários, etc. As diferenças são legítimas, mas a unidade na procura do bem-comum é sempre necessária e indispensável. A superação das legítimas divergências, num alargado consenso nacional, supõe sabedoria e generosidade lúcida. - **Direito ao trabalho**. Este não deve ser concebido apenas como forma de manutenção económica, mas como meio de realização humana. O desemprego é, certamente, um dos aspetos mais graves desta crise, o que supõe um equilíbrio convergente de vários elementos: criatividade nas empresas, caminhos

ousados no financiamento, diálogo social em que pessoas e grupos decidam dar as mãos, apesar das suas diferenças. - **Estabilidade política.** É exigida pela própria natureza da democracia e da responsabilidade dos seus atores, requerendo a busca permanente do maior consenso social e político. Numa democracia adulta, as “crises políticas” deverão ser sempre exceção. Em momentos críticos, podem comprometer soluções e atrasar dinamismos na sua busca. Todos sabemos que, para superar as presentes dificuldades, não existem muitos caminhos de solução. Compete aos políticos escolhê-los, estudá-los e apresentá-los com sabedoria. - **Respeito pela verdade.** O discurso público tem de respeitar a verdade do dinamismo das situações e da procura de soluções. - **Generosidade na honestidade.** O bem da comunidade nacional exige de todos generosidade para não dar prioridade à busca de interesses particulares e a honestidade para renunciar a caminhos pouco dignos de procura desses interesses. Só com generosidade se pode alcançar um bem maior. **Renovação cultural** 4. Esperamos que a presente situação faça avançar a verdadeira compreensão sobre alguns elementos decisivos do mundo económico-financeiro em que estamos inseridos: - **Os sistemas económico-financeiros.** Portugal, membro da União Europeia e da Zona Euro, está inserido no quadro das economias liberais, vulgarmente designadas de capitalismo. A Igreja sempre defendeu, entre as expressões da liberdade, a liberdade económica, desde que as suas concretizações se submetam aos objetivos do bem-comum. Os próprios lucros das pessoas, das empresas e dos grupos devem orientar-se para o bem-comum de toda a sociedade. - **O equilíbrio entre finanças e economia.** O Papa Bento XVI concretizou o pensamento da Igreja, salientando que as finanças devem ser um instrumento que tenha em vista a melhor produção de riqueza e o desenvolvimento. Importa que a economia e as finanças se pratiquem de modo ético a fim de criar as condições adequadas para o desenvolvimento da pessoa e dos povos. - **Os mercados.** Sujeitos a uma dimensão ética de serviço à humanidade, os mercados não podem separar-se do dinamismo económico, transformando-se em fontes autónomas de lucro que não reverte, necessariamente, para o bem-comum da sociedade. A superação da crise supõe uma renovação cultural. A Igreja quer contribuir para esta renovação com os valores que lhe são próprios: a dignidade da pessoa humana, a solidariedade como vitória sobre os diversos egoísmos, a equidade nas soluções e na distribuição dos sacrifícios, atendendo aos mais desfavorecidos, a verdade nas afirmações e análises, a coragem para aceitar que momentos difíceis podem ser a semente de novas etapas de convivência e de sentido coletivo da vida. Nós, os crentes, contamos para isso com a força de Deus e a proteção de Nossa Senhora. Fátima, 17 de setembro de 2012 ARQUIVO: O Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa informa: A próxima reunião do Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa vai realizar-se no próximo dia 17 de setembro, segunda-feira, às 10 horas, na Casa Nossa Senhora das Dores, no Santuário de Fátima. Nesse mesmo dia, pelas 15.30 horas, o Secretário da CEP, Padre Manuel Morujão, estará disponível para prestar declarações aos órgãos de comunicação social.

www.fatima.pt/pt/news/conselho-permanente-conferencia-episcopal-portuguesa-apresenta-nota-missao-igreja-num-pais-em-crise